

O VOTO DOS TRABALHADORES (1964 - 1989)

Rachel Meneguello
Dept^o de Ciências Sociais do IFCH

APRESENTAÇÃO

A análise de quase 25 anos de eleições, realizadas em diferentes cenários de organização partidária e eleitoral, torna explícita as dificuldades congêntas do sistema político brasileiro na construção de identidades partidárias sólidas e nos permite colocar em xeque o atual pluripartidarismo de regras permissivas, que inviabiliza a conformação de orientações políticas definidas e o próprio fortalecimento do sistema partidário.

São historicamente observáveis os obstáculos à sociedade brasileira em geral em estabelecer-se no sistema político com voz e voto organizados. Seus vários segmentos canalizaram seus anseios ao longo dos últimos 25 anos em moldes frágeis de organização, na quase totalidade das vezes, ideológica e programaticamente inócuos. Os vários segmentos das classes trabalhadoras também percorreram esse caminho. Contudo, apresentaram uma história singular de conduta frente ao modelo de política dominante em nosso país.

INTRODUÇÃO

O período pluri-partidário de 1945 deixou como parte da herança ao regime autoritário instaurado em 1964 um quadro político-partidário fragmentado, caracterizado por uma grave fragilidade representativa-organizacional.

A grande massa de trabalhadores que emergiu com o processo de urbanização e industrialização desenvolvido no país a partir da década de 50 não viu constituída em nenhum momento uma organização partidária que aglutinasse e representasse legitimamente seus interesses. Com a declaração da ilegalidade do PCB em 1974, ficara aberto um vasto campo para o desenvolvimento não só de políticas oportunistas no espectro dos partidos populares, mas também para a ascensão de lideranças políticas personalistas de cunho populista que apresentaram, estas sim, uma grande capacidade de aglutinação de um eleitorado de trabalhadores e segmentos médios concentrado nos grandes centros. Como é sabido, o mais claro exemplo deste fenômeno foi representado pelo jacobinismo que, penetrando nos grandes centros urbanos tendeu a expressar os setores assalariados sob uma forma singular de manifestação de descontentamento social e definiu uma política de massas nefasta ao desenvolvimento político-representativo das classes trabalhadoras⁽¹⁾.

A fragmentação partidária e à política populista somou-se a fragmentação da própria estrutura social. A década de 60 foi marcada sobretudo pelo surgimento de uma nova massa de trabalhadores, produzida tanto pelo processo de industrialização modernizada, como pela intensificação e diversificação das ocupações urbanas.

Com a incapacidade demonstrada pelas agremiações do sistema pluripartidário em aglutinar e representar essa diversidade e complexidade de novos interesses e

(1) Weffort, Francisco. "Raízes do populismo em São Paulo", in Revista Civilização Brasileira, nº 2; O Populismo na Política Brasileira, SP, Paz e Terra, 1978.

demandas, não é difícil perceber que o período que se inicia em 1964 teria como ponto de orientação o equacionamento das questões políticas e sociais que, num ritmo rápido, esboçavam traços cada vez mais fortes.

O período entre 1964 e 1989 pode ser caracterizado, em grandes linhas, pela capacidade do sistema político-autoritário em equacionar, pela via eleitoral, as transformações sociais e estruturais da sociedade brasileira, combinadas à complexidade dos fenômenos políticos que, inseridos num processo bastante singular, definiram os passos da democratização.

No que se refere aos aspectos estruturais, os dados referentes aos 20 anos entre 1960 e 1980 apontam um rápido processo de urbanização e industrialização que modificou de forma radical o quadro essencialmente agrícola até então característico da distribuição da população: de 29.7% em 1960, a população urbana passou em 1980 para 50.6%, e o número de municípios com mais de 20 mil habitantes cresceu de 172 para 482 no mesmo período (Tabela 1)

A estrutura ocupacional também sofreu mudanças quantitativamente importantes. Contra um declínio de quase 50% na participação economicamente ativa - PEA - ocupada no setor agrícola, houve um crescimento de quase o dobro para o setor industrial, passando de 12.9% a 24.4% da PEA total entre 1960 e 1980, acompanhados ainda por um aumento regular do setor de serviços (Tabela 2)

Conformou-se assim um quadro de crescimento, diferenciação e complexidade de um mercado de trabalho predominantemente urbano, expresso pela significativa contribuição dos setores industrial e de serviços no total de novos empregos criados no período - uma participação de 96% num total de mais de 21 milhões de novos empregos⁽²⁾

(2) Faria, Vilmar. "Mudanças na Composição do Emprego e na Estrutura das Ocupações", in Bacha & Klein (org), A transição incompleta. SP, Paz e Terra, 1986

O significado político desse enorme contingente urbano, constituído sobretudo de trabalhadores, pode ser traduzido pelo crescimento do tamanho do eleitorado nacional, que entre 1966 e 1989 apresentou uma fantástica evolução, passando de pouco mais de 22 milhões em 1966 para mais de 82 milhões de eleitores em 1989 (Tabela 3).

Os aspectos políticos conferem ainda maior peculiaridade a esse período recente. Nesses 25 anos passamos da vigência do autoritarismo recrudescido à realização de eleições livres e diretas para a Presidência da República.

A dinâmica que orienta o processo político desse período foi essencialmente a da lógica eleitoral e partidária.

Foi essa lógica que, 'grosso modo', viabilizou a aglutinação de uma massa eleitoral potencialmente disponível herdada do regime anterior, catalizou as pressões democratizantes em direção à política de decompressão do autoritarismo, permitiu a expressão legal de novas forças políticas organizadas na cena pública e viabilizou a conquista pela oposição de fatias importantes do poder até então fortemente centralizado, através das eleições diretas, inicialmente, para os executivos estaduais e municipais e, posteriormente, para a Presidência da República.

TABELA 1

População Total e População Urbana
Brasil (1960-1980)

Ano	População total (em milhares)	Cidades com 20.000 hab. ou mais	População urbana(%)
1960	70.920	172	29.7%
1970	92.340	300	37.0%
1980	121.151	482	50.6%

Fonte: Tabela adaptada de Vilmar Faria, "Desenvolvimento, Urbanização e Mudanças na Estrutura do Emprego" in Sorj & Almeida (org.) Sociedade e Política no Brasil Pós 64, SP, Brasiliense, 1983.

TABELA 2

Distribuição da População Economicamente Ativa
por Setores - Brasil (1960-1980)

Setores	1960	1970	1980
Primário	12.276.908 (54.0%)	13.087.521 (44.3%)	13.109.415 (29.9%)
Secundário	2.940.242 (12.9%)	5.295.417 (17.9%)	10.674.977 (24.4%)
Terciário	7.532.878 (33.1%)	11.174.276 (37.8%)	20.012.371 (45.7%)
Total	22.750.028 (100%)	29.557.224 (100%)	43.796.763 (100%)

Fonte: Tabela adaptada de Vilmar Faria, "Mudanças na Composição do Emprego e na Estrutura de Ocupações", in Bacha & Klein (org) A Transição Incompleta - Brasil desde 1945, SP, Paz e Terra, 1986

TABELA 3

Evolução do Eleitorado Brasileiro
1966 - 1989

Ano	Eleitorado (em milhares)
1966	22.387
1970	28.966
1974	35.811
1978	46.030
1982	58.617
1986	61.548
1988	75.304
1989	82.058

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Dentre os vários passos conquistados pelas forças políticas de oposição ao regime autoritário em direção à democratização da sociedade brasileira, é inegável a importância da constituição, em fins da década de 70, do Partido dos Trabalhadores que, fundado numa iniciativa de organização autônoma de segmentos das classes trabalhadoras, conferiu maior legitimidade ao processo de reestruturação da representação dos interesses da nação iniciado com a política de abertura.

No entanto, apesar do PT ser a mais significativa expressão das transformações políticas recentes dos setores mais modernos da classe trabalhadora, e de representar uma real ruptura com o padrão de organização partidária até então observado, o papel político dos trabalhadores nas mudanças da nação desde 1964 não se esgota aí. É uma breve história dos passos que moldaram as mais recentes conquistas políticas dos trabalhadores o que apresentamos a seguir.

1. TRABALHADORES E OPOSIÇÃO: UMA TENDÊNCIA CONSTANTE

Já foi apontado em trabalho anterior⁽³⁾ que a descontinuidade de sistemas partidários característica de nosso desenvolvimento político, combinado à debilidade congênita de nossos partidos, impossibilitaram ao longo do tempo a constituição de organizações solidamente estruturadas, capazes de conformar fortes identidades políticas que permanecessem enraizadas socialmente, mesmo quando atingidas por períodos de ruptura e instabilidade.

Com efeito, este é o pressuposto básico para compreendermos boa parte do sucesso do regime autoritário instalado em 1964 em agregar interesses políticos, antes distribuídos em 13 partidos, em apenas duas "agregações provisórias", tal como foram denominados o partido do governo - ARENA - e o partido de oposição - MDB.

(3) Bolivar Lamounier & Rachel Meneguello. Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o caso brasileiro. SP, Brasiliense, 1986.

Convém lembrar, porém, que o sistema pluripartidário de 1945 não foi imediatamente extinto com o golpe de 31 de março.

Orientado pela manutenção da lógica da institucionalização democrática, o governo do Marechal Castelo Branco manteve os mecanismos liberal-representativos vigentes no regime anterior. A preservação do Congresso Nacional em funcionamento traduzia a idéia de recuperação da normalidade, mas estava condicionada a que os resultados das eleições diretas para governador de 1965 não refletissem a polarização de forças radicais que se constituía já desde o início dos anos 60, e que estava expressa na formação de dois grandes blocos no Legislativo: a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), articulada em torno do apoio às reformas de base de orientação socializante e projetos de cunho progressista, e a Ação Democrática Parlamentar (ADP), organizada sobre posições mais conservadoras⁽⁴⁾.

A base de formação e sustentação da FPN desenvolveu-se em boa parte em torno do apelo e da expansão do PTB nos grandes centros urbanos promovida pela própria dinâmica eleitoral do sistema partidário de 1945. Além disso, a relativa identidade operária com o partido, restrita até então ao meio urbano moderno e mais desenvolvido, ampliara-se nas eleições de 1962 com a penetração das bases petebistas nas cidades médias, onde a população operária representava uma proporção considerável da população total.

Entretanto, não se deve confundir a expansão eleitoral petebista com sua capacidade de agregação e representação da complexidade de interesses definidos no âmago das classes trabalhadoras⁽⁵⁾. É por demais sa-

(4) David Fisher. "A evolução do sistema bipartidário", in Fleisher (org), Os Partidos Políticos no Brasil, 2 vols., Brasília, Ed. UnB, 1981.

(5) Não há muitos trabalhos voltados ao estudo da continuidade das preferências partidárias com a passagem do pluri ao bipartidarismo. Parte das análises existentes diverge quanto ao grau de identificação partidária entre os trabalhadores e o PTB. Gláucio Soares ("A

bido que o PTB, e sobretudo o PTB paulista, fundava-se num estreito vínculo com o trabalhismo getulista, desenvolvido fundamentalmente sobre certa inconsistência ideológica-partidária e pelo fisiologismo de suas bases organizacionais⁽⁶⁾.

Contudo, parece correto afirmar que com a instauração do bipartidarismo⁽⁷⁾, o voto emedebista das eleições de 1966 pode ser entendido em dois sentidos principais: de um lado, como reflexo da continuidade dos vínculos político-partidários do sistema anterior e, portanto, como canal de expressão do voto popular, vocalizado de certa forma pelas agremiações previamente existentes alocadas no novo partido. De outro lado, deve ser entendido como canalização do voto de protesto político geral à ordem estabelecida⁽⁸⁾.

Estudos eleitorais localizados demonstram, com efeito, que o MDB em 1966 aglutinou em boa medida as forças eleitoral-partidárias identificadas com o apelo

(5) (cont.) Política do desenvolvimento desigual", in RBEF, nº 22, Belo Horizonte) aponta a existência de importante identidade eleitoral e partidária: em estudo sobre as eleições de 1960, o autor demonstra a existência de bases petebistas nos setores operários mais modernizados, traduzida pela preferência partidária de em média 40% dos operários manuais especializados e não-especializados. Ver ainda do mesmo autor Sociedade e Política no Brasil, SP, DIFEL, 1973. De outro lado, Antonio O. Cintra em "Os partidos políticos em Belo Horizonte: um estudo do eleitorado", in Revista Dados, nº 5, IUPERJ, RJ, 1968, diverge quanto ao grau de identificação partidária em geral: estima que apenas 42% dos eleitores em geral estavam identificados com algum partido.

(6) Maria Vitória Benevides. O PTB e o Trabalhismo, SP, CEDEC/Brasiliense, 1989

(7) O sistema pluripartidário foi extinto através do Ato Institucional nº 2, de 27-10-65 e a ARENA e o MDB foram criados pelo Ato Complementar nº 4, de 20-11-65

(8) Bolivar Lamounier & Fernando H. Cardoso Os Partidos e as Eleições no Brasil, RJ, Paz e Terra, 1975; Simon Schwartzman, Bases do Autoritarismo no Brasil, RJ, Ed Campus, 1982

popular depositado na coligação petebista prévia à extinção dos partidos⁽⁹⁾

No entanto, a nova camada de trabalhadores que se conformava nas regiões de maior concentração industrial não havia sido atingida nem pelo janismo - que representava demandas estreitas, distantes da luta pela cidadania política - nem pelo apelo petebista de cunho populista. Havia, portanto, uma parte considerável do eleitorado oriundo das classes trabalhadoras que se encontrava disponível à absorção pelo novo e restrito sistema partidário.

Assim, o voto emedebista em boa parte dessas regiões, além de expressar certa radicalização entre forças governistas e não governistas, num processo evolutivo constante, indicava que parcela das bases do voto oposicionista estava relativamente definida em torno de uma massa de trabalhadores de características modernas, concentrada em parques industriais mais avançados e em centros urbanos de grande importância.

Foi com o impacto da vitória emedebista nas eleições de 1974⁽¹⁰⁾ que veio à tona a magnitude da capacidade de agregação dos interesses populares pelo MDB. Foi então que se conformou a ideia da "sigla mágica" dentro do próprio partido, e, a partir dali, conforme pesquisas empíricas demonstraram, a referência popular a suas preferências políticas deu-se em torno de certa orientação maniqueísta, onde ao MDB cabia a positiva imagem de "partido dos pobres"⁽¹¹⁾.

Parece evidente a concepção da vitória emedebista de 1974 como divisor de águas no desenvolvimento do regime político brasileiro. De fato, a pressão democratizante das forças oposicionistas, maximizadoras da

(9) Hélgio Trindade, "Anatomia do voto em Porto Alegre", in Revista do IFCH - UFRGS, 1975; Judson de Cew Jr., "Identificação partidária e variação eleitoral em Porto Alegre - 1966-1974", in idem.

(10) O MDB conquistou 16 das 22 cadeiras para o Senado em disputa

(11) Cf. Lamounier & Cardoso, op.cit., e Bolívar Lamounier, Voto de desconfiança, RJ e Petrópolis, Vozes, 1980

alternativa eleitoral colocada pelos setores governamentais como centro da estratégia da política de abertura, definiu os passos seguintes do processo de democratização do regime.

No entanto, se parte da bibliografia sobre a constituição das orientações partidárias no bipartidarismo aponta a desorientação política causada pelo AI-2⁽¹²⁾ como um fator da fragilidade organizacional-partidária, ao apresentar opções limitadas de escolha à população, uma análise mais detida da relação entre oposição e as características do eleitorado quanto à situação sócio-econômica e à estrutura ocupacional, parece indicar certa tendência de identificação partidária entre o MDB e as classes trabalhadoras desde o início do bipartidarismo.

No plano nacional, desde 1966 o MDB foi vitorioso sobretudo nas capitais das regiões mais industrializadas do país. Entre as eleições de nível proporcional de 1970 e de 1974, enquanto a ARENA obteve um aumento de votos equivalente a 9,1, o MDB obteve um incremento de 129,2 votos⁽¹³⁾. Em 1978, a tendência de crescimento foi reiterada.

A análise do caso de São Paulo esclarece ainda mais esta relação. Não por acaso escolhemos esta região para demonstrar a forte identidade entre trabalhadores e oposição ao autoritarismo. Nela está localizada desde o início da década de 60 a maior concentração industrial do país e instalou-se o complexo mais moderno, sobretudo da indústria mecânica pesada e automobilística. Vale lembrar que, na região do ABC paulista, onde geograficamente concentrou-se o mais moderno parque industrial, emergiram as primeiras manifestações de um sindicalismo mais político.

(12) Fernando H. Cardoso, "Os partidos políticos e a participação popular", in Fleisher (org), op.cit., vol II, e Fábio Wanderley Reis, "O bipartidarismo nas eleições municipais de 1976", in Fleisher (org), op.cit., v.I.

(13) Luis Navarro de Britto, "O bipartidarismo nas eleições de 1978", in Fleisher, op.cit., 1981.

Dados de pesquisas realizadas no Estado de São Paulo pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística - IBOPE -, para avaliação da intenção de voto do paulista nas eleições de 1966 permitem constatar, efetivamente, a existência de grandes "bolsões" de oposição focalizados nos centros mais urbanizados e industrializados, sobretudo as regiões da capital, do ABC paulista e a Baixada Santista. Além disso, indicam que a origem sócio-econômica desse voto estava essencialmente localizada nos segmentos mais pobres da população e, em boa parte, nas categorias industriais de trabalhadores(14)

Com efeito, os resultados eleitorais das eleições de 1966 em São Paulo já indicavam a formação de uma tendência oposicionista, localizada nos focos de grande concentração urbana e operária, como a capital e a Baixada Santista (sobretudo o porto de Santos, a refinaria de Cubatão e a COSIPA-Companhia Siderúrgica Paulista), onde o MDB recebeu uma votação significativamente expressiva, respectivamente 44% e 80% dos votos(15)

O estudo da distribuição geográfica da votação emedebista em todas as eleições majoritárias do período bipartidário na capital paulista demonstra uma estreita identificação do voto oposicionista com os setores mais pobres da população e segmentos das classes trabalhadoras. Os dados da Tabela 4, abaixo, ilustram o contorno do voto plebiscitário desde sua origem, expresso numa magnitude fantástica em 1974 e 1978, onde a concentração do voto emedebista nas áreas mais pobres da capital em todo o período confirma a crescente relação com os segmentos sociais mais carentes.

(14) Colecção Pesquisas Especiais - IBOPE, vol. 70, 1966.

(15) Dalmo de Abreu Dallari, "Respostas do eleitorado paulista aos estímulos de uma Nova Ordem", in RBEP, 1967/68.

TABELA 4

Votação do MDB nas eleições para o Senado de 1966 a 1978 segundo as áreas sócio-econômicas homogêneas do Município de São Paulo (%)*

Áreas**	Votação do MDB para o Senado			
	1966	1970	1974	1978
I	33.8	42.7	65.8	80.0
II	36.2	46.3	69.9	82.6
III	38.0	47.6	73.0	84.0
IV	40.0	47.8	75.2	84.7
V	40.2	51.0	77.5	87.0
VI	47.2	58.5	85.5	90.1
VII	47.8	61.0	85.5	90.9
VIII	51.3	64.9	87.7	92.6
Total de S. Paulo	41.1	52.5	78.8	87.7

Fonte: TRE - SP

* - Votos partidários - o complemento das porcentagens corresponde à votação da ARENA

** - SEPLAN - Estudos e Pesquisas nº 13, 1977. Esta subdivisão baseia-se em critérios sócio-econômicos e infra-estruturais e compreende 8 áreas, sendo a área 1 a mais rica e a área 8 a mais pobre.

Dados de pesquisa acadêmica por amostragem realizada no município de São Paulo em 1974 revelam que 75% dos trabalhadores em ocupações de baixo nível (empregados domésticos, ambulantes, biscateiros, trabalhadores manuais de baixa qualificação e assemelháveis) e 62% dos trabalhadores em ocupações de nível médio (operários qualificados e trabalhadores não-manuais de baixa qualificação) declararam preferência partidária pelo MDB⁽¹⁶⁾.

(16) Lamounier, (1975)

Em pesquisa semelhante realizada em 1978⁽¹⁷⁾ a preferência partidária emedebista localizada nas camadas trabalhadoras, apresentou variações significativas, indicando o fortalecimento do vínculo de certos segmentos da estrutura ocupacional com o MDB: 68% dos trabalhadores de nível ocupacional baixo e 82.5% dos trabalhadores de nível ocupacional médio.

A análise dos estudos indicados aponta, portanto, que apesar do fechamento político e da restrição das formas de participação imposta pelo autoritarismo, parece correto observar no MDB, sobretudo no período anterior a 1974, certa capacidade de moldar uma forma de canalização de demandas populares. Vale lembrar que, no que respeita ao movimento sindical, devido sobretudo à fraqueza organizativa observada no final dos anos 50 e início dos anos 60, não foi difícil para o regime de 64 sufocar e reorganizar o conjunto de organizações existentes. Assim, o quadro inicial de repressão e a perda do direito de greve condenaram o movimento sindical ao limite das ações de tipo burocrático-assistencial. Com isso a arena partidária conformou-se desde o início como a única esfera disponível, embora limitada, de manifestação dos anseios mais globais da classe trabalhadora.

Para o entendimento do papel que as classes trabalhadoras vieram a adquirir no final da década de 70 no processo de descompressão do regime, o qual lhes apresentou a reforma partidária como única resposta às reivindicações pelo seu afrouxamento, cabe a exposição de um breve esboço da conjuntura política que permeou esse processo.

A década de 70 abrigou ondas intensas de mobilização política de diversos segmentos sociais. Combinadas à política de abertura iniciada com o governo do General Geisel, as transformações infra-estruturais, a reestruturação ocupacional urbana, o assalariamento da classe média e o processo de favelamento dos grandes centros, provocaram um significativo impacto na forma

(17) Lamounier, (1980)

de inserção política dos atores sociais. Assim, de um lado, as profundas mudanças na estrutura produtiva geraram segmentos diferenciados no interior da classe operária, dando origem a várias tendências, dentre as quais, o Novo Sindicalismo. De outro lado, com a reestruturação ocupacional urbana, as classes médias transformaram-se em composição e comportamento, de forma que o processo intenso de assalariamento promovesse uma tendência à sindicalização de seus segmentos.

Essa "nova classe média", como foi denominada, aliada a uma ampla gama de setores populares articulados em torno de reivindicações por melhores condições de vida e pela democratização do Estado autoritário, deram origem a um número expressivo de movimentos organizados.

Paralelamente, no âmbito da arena político-eleitoral, as conquistas crescentes da oposição impunham transformações institucionais pelo regime que viabilizassem a absorção dos conflitos e demandas dentro da estratégia de democratização pela via eleitoral - aqui se definiu a Reforma partidária de 1979, e é deste ponto que seguimos para apontar a importância do surgimento e organização do PT no processo de democratização do regime e na organização política de parte das classes trabalhadoras.

2. O SURGIMENTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

A formação do PT em 1979 estabeleceu um marco na história política das classes trabalhadoras do país. Apresentando uma proposta de representação autônoma, organizada em torno da articulação de setores do moderno operariado industrial e dos movimentos populares urbanos, o PT propunha a supressão da exclusão política, sob a qual boa parte das classes trabalhadoras se encontrava, através de um modelo de partido que rompia com os padrões de organização partidária conhecidos no Brasil, e que se definia sobretudo por fortes laços sociais e fortes vínculos com as lutas populares.

O processo de organização do PT tem uma trajetória fundada no estreito vínculo com as transformações do sindicalismo brasileiro do final dos anos 70. Tais transformações, que atingiram de forma global o conjunto das organizações sindicais, tinham como ponto comum a oposição em relação à estrutura sindical oficial. Contudo, foi a tendência do novo sindicalismo, constituída sobretudo pelos sindicatos de trabalhadores do parque industrial mais modernizado do país - o ABC paulista - e composto predominantemente por setores desvinculados das tendências ideológicas da esquerda marxista, que deu origem à estratégia de ocupação do espaço político na arena nacional como representação independente, apresentando como reivindicação central a luta pela cidadania plena, entendida como a conquista dos direitos sociais e políticos extraídos da classe trabalhadora no autoritarismo⁽¹⁸⁾.

Por ocasião das greves de 1978, 79 e 80, realizadas na região do ABC em meio a um processo de reestruturação do projeto de descompressão política do regime, o novo sindicalismo adquiriu o papel de protagonista da luta pela democracia no país, sustentando não apenas as reivindicações específicas operárias, mas também as demandas de uma ampla gama de outros agentes políticos, como os partidos, na luta pela democratização na nação.

Os claros limites à ação política definidos pela estrutura sindical e, portanto, o esgotamento do sindicato como "locus" de luta pela emancipação política e social dos trabalhadores, indicaram a necessidade de organização de uma proposta de participação no sistema político sob a forma de partido, fundada numa estrutura que englobasse a diversidade de setores e de reivindicações, mas que mantivesse um perfil classista bastante definido.

(18) A trajetória de formação do PT e a análise de sua proposta de organização partidária estão desenvolvidas em Rachel Meneguello, PT - A formação de um partido (1979-1982), SP, Paz e Terra, 1989 e em Margareth Keck, "From movement to politics: the formation of the Worker's Party in Brazil", Ph.D. Thesis, Columbia Univ. 1986.

Dessa forma, o PT apresentou-se à cena pública como uma proposta de inserção político-institucional de novos atores.

Com essas características de origem e organização, o PT não apenas rompeu com os padrões de organização partidária no país, como também ampliou o âmbito da ação política dos trabalhadores, deslocando-a do restrito universo das relações corporativistas de trabalho para o universo político-institucional pluri-partidário.

Assim, como apontamos anteriormente, a história da classe trabalhadora, que vinha sendo marcada predominantemente pela manipulação dos políticos populistas, redefinia-se agora por esta proposta de organização autônoma, de forte enraizamento social.

A magnitude política deste fenômeno redimensionaria tanto o papel das classes trabalhadoras, quanto os passos da democratização do regime, que foi em boa medida surpreendido por esta 'investida' legitimadora do processo.

3. A HERANÇA DO BIPARTIDARISMO E OS PEQUENOS AVANÇOS ELEITORAIS DO PT

Cabe ressaltar que a reforma partidária de 1979 estabeleceu um escopo ampliado de opções políticas para a sociedade brasileira como um todo, e para as classes trabalhadoras em específico. Dentro do próprio sindicalismo brasileiro, onde constituíram-se várias tendências políticas internas, houve um direcionamento aos vários partidos de oposição, sobretudo para o PMDB. Este foi fundamentalmente o caso do grupo "unidade sindical", composto de setores ligados à esquerda marxista ortodoxa.

A Reforma Partidária havia ainda ressuscitado a sigla histórica do PTB, só que com o intuito de garantir a representação das classes trabalhadoras sob uma sigla confiável ao regime, e provocado a organização do PDT - Partido Democrático Trabalhista - onde teve que se alojar o político então recém-chegado do exílio Leonel Brizola, que, considerando-se porta-voz

legítimo do trabalhismo getulista, degladiou sem sucesso com Ivete Vargas na Justiça Eleitoral pela posse da sigla petebista⁽¹⁹⁾.

Em outras palavras, pode-se dizer que nas eleições gerais de 1982, as primeiras eleições para executivos estaduais no autoritarismo, duas principais linhas de opção política estavam postas para a classe trabalhadora. De um lado, estavam dispostas a 'nova' e a 'velha' alternativas partidárias, cada qual com um eleitorado definido: o PT e os setores mais modernos da classe trabalhadora, o PTB e o PDT expressando as remanescências do trabalhismo pré-64. De outro lado, apresentava-se o PMDB fortalecido pelas vitórias eleitorais, traduzindo a força da oposição generalizada ao regime autoritário.

Os resultados eleitorais indicaram que o modelo plebiscitário ainda vigia na estrutura de opções políticas da nação, e que propostas políticas novas, como o PT, requeriam um amadurecimento maior. Os quase 10% de votos obtidos no seu local de surgimento e organização, o Estado de São Paulo, e os 3% no total do país indicavam o nascimento de uma força política de significativa importância, mas ainda muito restrita a um público estreitamente definido.

Mais uma vez parece pertinente analisarmos a trajetória do voto do trabalhador em São Paulo. De fato, o PT revelou-se um partido eminentemente paulista. Do total de votos dados à legenda para governador a nível nacional, 72% concentraram-se em São Paulo, onde o partido conquistou a prefeitura de uma das mais importantes cidades da região do ABC - Diadema. Além disso, o PT elegeu em São Paulo sua maior bancada representativa, composta em boa parte de trabalhadores e expressando os vínculos estreitos do partido com o meio operário e sindical. Estes vínculos ajudaram a definir, após as eleições de 82, uma política de atuação parti-

(19) A Reforma Partidária de 79 levou à constituição de 6 partidos: o Partido Popular (mais tarde vinculado ao PMDB), o PMDB, PDS, PDT, PTB e PT.

dária mais próxima ao movimento trabalhista, e veio a fortalecer a Central Única de Trabalhadores (CUT); criada em 1983, dentro de uma linha de reiteração do perfil popular e sindical do partido.

Os resultados eleitorais demonstraram contudo, que o PT não havia se constituído em força política capaz de angariar segmentos mais amplos das classes trabalhadoras. Conforme se observa na Tabela 5, a grande diferença com o potencial de votos do PMDB e a derrota para o PTB de Jânio Quadros no interior do estado e na capital, demonstram o alcance limitado de sua proposta naquelas eleições.

TABELA 5

Resultados Gerais da Votação para Governador no Estado de São Paulo nas eleições de 1982 (%)

Partidos	Capital	Interior	Total do Estado
PDS	17.4	26.7	23.5
PDT	1.1	0.65	0.8
PT	14.3	7.6	9.9
PTB	20.6	8.2	12.5
PMDB	42.1	46.4	44.9
Votos em branco	2.0	7.6	5.7
Votos nulos	2.4	2.8	2.7

Fonte: TRE - SP

Em pesquisa por amostragem realizada pelo IDESP (Instituto de Pesquisas Econômicas Sociais e Políticas de São Paulo), foram obtidos dados que tornam nítida a relação entre a identificação partidária petista e setores das classes trabalhadoras, nos quais 19.6% dos trabalhadores na indústria e construção civil da amostra total entrevistada, e 15.7% do setor de comércio e serviços declaram-se identificados com o partido. A análise da distribuição dos votos nas regiões da capital paulista demonstra ainda a estreita relação do vo-

to petista com regiões de maiores níveis de pobreza, próximos aos grandes centros de concentração industrial (a região do ABC)(20)

O estudo do voto do PT em 1982 no interior do estado de São Paulo deixa ainda mais evidente a significativa relação do partido com os segmentos da classe trabalhadora. Os dados demonstram que, apesar do inexpressivo desempenho eleitoral, a definição e a distribuição do voto petista no interior de São Paulo foram condicionadas pela intensidade de fatores estruturais específicos, como os índices de urbanização e de industrialização, combinados ao maior grau de organização partidária local(21)

No entanto, é inegável que a votação petista de 1982 expressou uma parcela muito limitada do voto do trabalhador. Este voto esteve concentrado no PMDB, reproduzindo a forte identidade construída entre o partido e as classes populares no período bipartidário(22).

4. A NOVA REPÚBLICA E AS CONQUISTAS DOS TRABALHADORES

O quadro apontado acima é o que caracterizará o voto do trabalhador até o início da Nova República. Não é possível dimensionar em que medida o desrespeito do regime e das forças políticas para com as mobilizações da imensa maioria da sociedade brasileira em torno da luta pelas eleições diretas para a Presidência da República em 1984, condicionou o comportamento político e a organização das classes trabalhadoras no período que se iniciou com a vitória de Tancredo Neves como o primeiro governante civil após 21 anos de governos militares.

(20) Meneguello (1989).

(21) Meneguello (1989).

(22) Bolivar Lamounier & Judith Muscynski, "A vitória do (P)MDB", in Textos IDESP, Nº 2, SP, 1983.

Com a derrota do movimento pelas Diretas-Já, a Nova República deu início a um período político oscilante entre euforias e frustrações, moldado por medidas e acontecimentos, que não conseguiram deslocar o desejo do exercício do voto direto para a Presidência como vetor de orientação de boa parte do eleitorado brasileiro na direção da conquista da cidadania plena.

Assim, apesar dos limites da Aliança Democrática (PMDB-PFL), largamente ultrapassados à direita, e da morte do Presidente antes mesmo de sua posse, a euforia popular com as mudanças preconizadas pelo novo governo traduziu-se em resultados políticos significativos nas eleições diretas para as capitais estaduais em 1985. Cabe lembrar que nesse ano uma nova Reforma Partidária legalizou os Partidos Comunistas, sobretudo o PCB depois de 38 anos de ilegalidade, e definiu regras bastante flexíveis para a formação de partidos políticos.

Das 19 capitais em que o PMDB conquistou prefeituras, em 4 delas o partido coligou-se com as agremiações de esquerda, teórica e tradicionalmente vinculadas à classe operária - PCB, PC do B e PSB - (Goiânia, Maceió, Natal e Salvador). O PCB também esteve presente na coligação socialista vencedora em Recife, e duas grandes surpresas emergiram naquelas eleições: a vitória do PT em Fortaleza (CE), considerada o fenômeno mais importante das primeiras eleições da Nova República, e a vitória de Jânio Quadros, pelo PTB, em São Paulo.

Contudo, a natureza do pluripartidarismo recente e a fragilidade organizacional das agremiações de esquerda impedem uma clara identificação de suas bases sócio-econômicas. Dessa forma, não parece seguro buscar vínculos mais estreitos entre siglas partidárias e segmentos da classe trabalhadora.

Mais uma vez, para o caso paulistano, algumas reflexões merecem ser feitas. A vitória de Jânio Quadros, como é sabido, teve raízes fundadas muito mais na sua trajetória histórica-eleitoral no município, do que no apelo sugerido pela sigla na qual estava alocado naquelas eleições - o PTB. Em estudo sobre a origem sócio-econômica do voto janista recente, está demons-

trado que suas bases não são preponderantemente populares, e concentram-se nas classes médias, geograficamente localizadas nos bairros mais antigos da cidade. Além disso, definem grupos isolados economicamente, ou seja, segmentos do eleitorado não-incluídos na PEA, caracterizados por uma posição denominada "periférica" na vida política⁽²³⁾. Isto demonstra, e já é por demais sabido, que não foi o trabalhismo embutido na sigla petebista que venceu as eleições, mas sim, a tendência sistematicamente oposicionista da capital paulista aliada ao apelo moralista ainda sedutor do jacobinismo

Sobre o PT, interessa-nos demonstrar que o partido ampliou significativamente suas votações na quase totalidade dos distritos eleitorais do município, essencialmente nos bairros mais próximos às áreas de maior concentração industrial, e nas regiões mais carentes da cidade. Este desempenho eleitoral expressou, sem dúvida, o fato de que o PT subtraíra do PMDB o apoio das periferias mais pobres da cidade, e começava a ampliar suas bases de apoio⁽²⁴⁾.

Em linhas gerais, estes resultados refletiram uma estratégia diferenciada levada pelo partido, no sentido de ampliar seu apoio através de uma proposta socialista unificadora de amplos interesses. Tal estratégia buscava estender o perfil estreito definido pelo partido nas eleições de 1982, então dirigido a segmentos específicos das classes trabalhadoras, para as vastas camadas populares, definidas pela ampla estrutura ocupacional urbana.

No entanto, se tal estratégia surtira efeito para a ampliação efetiva das bases eleitorais do PT nas eleições gerais de 1986, contribuiu para a dispersão

(23) Maria Teresa Sadek, "A trajetória de Jânio Quadros", in Lamounier (org), 1985: O voto em São Paulo, col. História Eleitoral, IDESP, 1986; Lamounier, Bolívar e Muscynski, J.B., "A eleição de Jânio Quadros", idem.

(24) Rachel Meneguello & Ricardo M.M. Alves, "Tendências eleitorais em São Paulo (1974-1985)", in Lamounier (org), 1986, op.cit.

entre as demais agremiações de oposição, sobretudo o PMDB, da preferência partidária dos vários segmentos da classe trabalhadora que então o PT conseguia concentrar em parte (25).

A estrondosa vitória do PMDB naquelas eleições, nas quais conquistou 22 dos 23 executivos estaduais, pareceu demonstrar que efetivamente todo o amplo apoio popular expresso na campanha das diretas de 1984 se transferira para o apoio à Nova República e à promessa de recuperação da nação, simbolizada então pelo Plano Cruzado.

A dinâmica da arena-eleitoral e o próprio escopo indiferenciado de propostas políticas que se conformaram, tornaram difusa a identidade das classes trabalhadoras com agremiações específicas.

Para as classes trabalhadoras, no entanto, as eleições de 1986 adquiriram um significado mais amplo, estabelecido pela definição da Assembléia Nacional Constituinte.

Apesar de algumas das principais reivindicações dos trabalhadores não terem sido obtidas na nova Carta (a jornada de 40 horas semanais, a estabilidade absoluta de emprego), a breve análise das medidas estabelecidas pela Constituição de 1988 permite afirmar que houve uma real alteração no quadro de relações trabalhistas no país e uma significativa ampliação do escopo de direitos sociais dos trabalhadores (26).

Este quadro inovador ao nível global não deve ser conferido, entretanto, à existência de uma forte identidade entre os interesses específicos do mundo do trabalho e as orientações políticas da grande maioria do Congresso Nacional. É sabido que as conquistas sociais e trabalhistas foram fruto de difíceis

(25) Judith Muscynski, "Os eleitores paulistanos em 1986: a marca do oposicionismo", in Sadek (org), Eleições/1986, SP, IDESP-Vértice, 1989

(26) Brasil-1987, Relatório sobre a situação social do país, NEPP-UNICAMP, 1989, cap. 1

negociações, condicionando outras alterações constitucionais maiores⁽²⁷⁾. Vale mencionar, no entanto, a existência no Congresso de uma tendência mais geral preocupada com os interesses das classes trabalhadoras, traduzida sobretudo no avanço no campo das políticas sociais, através da universalização e ampliação dos direitos sociais.

Por outro lado, a análise dos trabalhos dos partidos em conjunto permite localizar vínculos mais nítidos com os trabalhadores. Com relação às questões políticas e sociais mais fundamentais para a classe trabalhadora, ficara revelada a formação de um bloco ideológico coeso, formado sobretudo pelos partidos de esquerda tradicional - PCB, PCdoB, PSB - e pelo PT⁽²⁸⁾.

Nesse sentido, as vitórias eleitorais do PT em 1988, que sucederam os trabalhos da Assembléia Constituinte, refletem em parte o destaque do seu desempenho parlamentar.

Com efeito, durante todo o ano de 1987 e parte de 1988 o partido dedicou-se às atividades institucionais no palco da Assembléia Constituinte. O PT revelou-se uma das agremiações de perfil ideológico mais coerente, e assumiu de forma combativa as discussões em torno das principais transformações político-institucionais e econômico-sociais da nova Carta: os direitos

(27) Quem foi quem na Constituinte, organização e pesquisa do DIAP, SP, Cortez Editora/Oboré, 1988. Em torno das posições dos parlamentares em relação às questões trabalhistas mais específicas foi realizado um trabalho de avaliação pelo DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - órgão que compreende 431 entidades sindicais. Dos 573 parlamentares apenas 66 receberam "nota 10" numa avaliação que compreendia a votação favorável à totalidade do conjunto de algumas questões fundamentais: a estabilidade no emprego, a jornada semanal de trabalho de 40 horas, o salário mínimo real, o salário adicional de férias, o direito de greve, a formação de comissões de fábrica, etc.

(28) Maria D'Alva Gil Kinzo, "O quadro partidário e a Constituinte", in Textos IDESP, nº 28, 1988.

sociais dos trabalhadores, a reforma agrária e a democratização do Estado. Assim, como projeto para as eleições municipais de 1988, tratava-se de buscar expressar uma imagem de alternativa viável de governo.

Ajudado pela conjuntura adversa na Nova República, marcada pela aguda crise econômica e de poder, o PT dedicou-se a desenvolver junto à opinião pública sua proposta de governo popular. Caracterizada essencialmente pela idéia de democratização do serviço público e pelo acesso das classes trabalhadoras aos níveis de poder, a proposta de governo petista em 1988 conquistou as prefeituras de alguns dos mais importantes centros urbanos industrializados do país.

O voto do trabalhador, concebido de forma global, parecia ter sido dirigido a um canal bastante definido, e, mais importante ainda, estabelecido ao nível do poder local, conformando a possibilidade de constituição de um governo partidário, intermediado por uma estreita relação entre segmentos populares e poder público.

É inegável a importância adquirida pelas classes trabalhadoras no processo de democratização do sistema político brasileiro dada pela vitória do PT em capitais estaduais (São Paulo-SP, Porto Alegre-RS e Vitória-ES) e em municípios de significativa importância econômica e social no estado de São Paulo (Sto André, S. Bernardo do Campo, Diadema, Campinas e Santos)⁽²⁹⁾.

Cabe contudo mencionar a surpresa da vitória petista em São Paulo, onde a contenda eleitoral foi marcada pela acirrada disputa entre Luiza Erundina do PT e Paulo Maluf do PDS, representante da continuidade conservadora. A vitória petista parece ter, dentre muitas, duas principais explicações: a conduta coerente do partido, defendendo um programa político voltado para as classes excluídas das decisões de governo, e a decepção de boa parte da população com os governos estaduais e federal da Nova República.

(29) O PT conquistou prefeituras de mais 28 municípios distribuídos em 12 estados.

As pesquisas de opinião parecem confirmar a hipótese de que efetivamente a vitória petista refletiu laços mais estreitos com os segmentos das classes trabalhadoras. Através da análise dos dados obtidos pela pesquisa de campo realizada pelo IBOPE em dezembro de 1988, (30) é possível tecer considerações acerca das orientações do voto dos trabalhadores paulistanos frente ao espectro partidário existente. Perguntados sobre a opinião a respeito dos partidos (se contra ou a favor), entre as agremiações consideradas de esquerda destacou-se o favoritismo pelo PT entre os paulistanos de baixa renda (até 2,5 sal.mín.) e de renda média (de 2,5 a 5 sal.mín.), com significativas diferenças para com os demais partidos.

Assim, entre os trabalhadores de baixa renda, 39.4% tinham opinião favorável ao PT e 25.3% ao PMDB, baixando consideravelmente para o PTB, com 11.4% das opiniões a favor, e apenas 7.1% para o PDI, 6.8% para o PCdoB e 5.3% para o PCB.

Entre os paulistanos de renda média observou-se a mesma tendência. Para o PT, 38.6% dos trabalhadores tinham opinião favorável, caindo para 18.3% a proporção referente ao PMDB. Para os demais partidos, as proporções caíram ainda mais, onde apenas 10.1% se declararam a favor do PTB, 8.7% ao PDI, 3.2% ao PCdoB e na mesma proporção que os trabalhadores de baixa renda, apenas 5.3% dos paulistanos de renda média declararam-se a favor do PCB.

Como se pode observar, estes dados demonstram efetivamente a significativa capacidade da proposta petista em agregar e representar os interesses dos segmentos mais modernos da classe trabalhadora concentrados nos centros mais urbanizados.

É interessante observar que as preferências políticas de tais segmentos naquelas eleições, em boa parte podem ter se orientado tanto pelo protesto mais geral à situação política do país, quanto por fatores

(30) Relatório de Pesquisa - IBOPE/São Paulo, 25-11 a 03-12-88.

mais objetivos fundados em certa identificação partidária e no desejo de mudança dos moldes tradicionais da política brasileira. Assim, perguntados pelas razões pelas quais boa parte dos eleitores acabaram votando em Luiza Erundina para prefeita, os trabalhadores de baixa e média rendas apontaram como principais fatores a esperança de melhorias, o protesto contra o governo e os políticos, a necessidade de renovação política e o fato do candidato ser mulher.

Em termos globais, contudo, a escolha pelo PT foi considerada pela população paulistana em geral como resultado de um desejo de mudanças reais na estrutura política vigente. Perguntados ainda sobre os fatores que mais influenciaram para a decisão do voto em Luiza Erundina, os paulistanos apontaram sobretudo quatro elementos: a oposição ao PMDB (fator que reitera o oposicionismo histórico da capital paulista), a hora de mudar a política do país, a hora do PT governar, e a possibilidade real de defesa dos direitos dos trabalhadores.

As conquistas do PT em 1988 parecem refletir os anseios de parte do eleitorado de importantes centros urbanos pela democratização do Estado, no sentido de buscar em governos efetivamente partidários a conformação de canais de demandas e de soluções para os problemas das classes populares.

Fortalecido por significativa dose de confiabilidade na sua proposta política, o PT se apresentou na campanha presidencial de 1989 com consideráveis chances de vitória. Dividida em dois turnos e fundada numa legislação organizacional partidária permissiva, as eleições de 89 abriram um amplo escopo de alternativas políticas para a sociedade em geral e para as classes trabalhadoras em específico. Vejamos de forma breve as principais características da orientação do voto dos trabalhadores nessas eleições.

5. O QUADRO GERAL DA CAMPANHA ELEITORAL DE 1989

A fragilidade organizacional dos partidos políticos brasileiros à qual já nos referimos neste artigo teve fortes reflexos na campanha eleitoral de 89. Alimentado pelos poucos requisitos impostos pela legislação partidária, o escopo de forças políticas envolvidas no 1º turno das eleições caracterizou-se, em linhas gerais, por grave debilidade estrutural, ideológica e programática, traduzida nos 22 candidatos registrados, dos quais a grande maior parte fora constituída sobre legendas inócuas.

A distribuição das mais importantes forças políticas no espectro ideológico-partidário definiu à esquerda a Frente Brasil Popular, encabeçada pelo PT com a liderança de Luis Inácio Lula da Silva, e composta ainda pelo PCdoB, PSB, inicialmente o PV (Partido Verde)⁽³¹⁾, e o PCB, que introduziu um perfil inovador na tradicional esquerda marxista, moldado pela abertura política soviética e encabeçado pelo deputado Roberto Freire. No centro-esquerda figuravam o PDT de Leonel Brizola; que recodificou o antigo trabalhismo getulista através de certa proposta social-democrata e que recebeu o apoio, ao menos simbólico, de Luis Carlos Prestes, importante líder histórico comunista, e o PSDB, agremiação formada à época da Assembléia Nacional Constituinte e composta sobretudo de importantes políticos dissidentes do PMDB.

A inevitável desagregação do PMDB e do PFL oriunda do desgaste do governo Sarney e da Nova República abriu um considerável vazio no centro-direita e permitiu que à direita do espectro se definissem com maior clareza o PDS de Paulo Maluf, acompanhado do PL de Guilherme Afif Domingos e do frágil experimento partidário do PSD, débil expressão da importante UDR - União Democrática Ruralista - liderada por Ronaldo Caiado

(31) Devido a dissidências internas à Frente Brasil Popular, o PV retirou seu apoio lançando candidato próprio.

Finalmente, o fenômeno que apenas parecia transitória novidade política por basear-se num discurso sedutor contra os defeitos da Nova República e do Presidente Sarney, e que produziu a escalada nas preferências eleitorais pelo ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, do desconhecido e desorganizado PRN - Partido da Reconstrução Nacional - transformouse na mais importante força política conservadora daquelas eleições, saindo vitoriosa no confronto com Lula e a proposta da Frente Brasil Popular no 2º turno eleitoral

A distribuição dos votos dos mais de 80 milhões de eleitores nas eleições de 89 merece um estudo mais aprofundado que este espaço não comporta. A simples interpretação fundada na dicotomia entre orientações ideológico-políticas de esquerda e direita desconsidera para o âmbito da sociologia eleitoral a complexidade dos fatores objetivos e subjetivos que conformam as preferências políticas e eleitorais⁽³²⁾

Além de fundar-se sobretudo em orientações políticas de cunho personalista e não ideológico-programáticas, nas eleições presidenciais de 89 não foram poucos os casuismos que direta ou indiretamente buscaram direcionar os vetores daquela campanha. Vale registrar casos como a candidatura oportunista do apresentador de televisão Silvio Santos, requerida dias antes das eleições, e que buscava um significativo rearranjo no quadro de preferências eleitorais das camadas populares, e a utilização desigual da mídia sobretudo eletrônica entre os principais candidatos, viabilizando maior acesso aos segmentos "politicamente periféricos"⁽³³⁾ do eleitorado

Apesar do complexo escopo de condicionantes do voto direto de 89, parece correto afirmar que, no que se refere à distribuição do voto dos trabalhadores, foi fundamental a importância do grau de organização político-associativa e do papel das organizações sindicais na caracterização de sua distribuição

(32) Consultar Meneguello (1989), op.cit, 2ª parte

(33) Muscynski (1989), op.cit

5.1. O Movimento sindical e o voto popular: entre a organização e a marginalidade políticas

Ainda está por ser feita a caracterização sócio-econômica e política dos votos dirigidos a Collor de Mello e Lula nas eleições de 89. É sabido, no entanto, que desde a campanha do 1º turno as pesquisas por amostragem indicavam a predominância dos segmentos do eleitorado de mais baixa renda e de menor escolaridade na preferência à candidatura Collor de Mello, que se caracterizou pela maximização do voto popular politicamente desorganizado⁽³⁴⁾

Em linhas gerais, este foi provavelmente o efeito da estratégia eminentemente populista definida por Collor de Mello, caracterizada pelo desprezo à organização política e partidária e pelo vínculo direto com os setores marginalizados da sociedade, permeados por uma cultura de traços paternalistas.

Quanto à Frente Brasil Popular, se de um lado as pesquisas eleitorais demonstravam menor preferência dos segmentos de menor renda, à candidatura apresentada, a estratégica aliança de caráter social-democrata definida no 2º turno viabilizou o apoio de boa parte dos setores mais organizados da sociedade civil. Além disso, a identificação com a candidatura Lula esteve sempre concentrada nos municípios de maior porte, definindo uma preferência predominantemente urbana e industrial⁽³⁵⁾, sugerindo laços mais estreitos com setores operários industriais

(34) A coleção de pesquisas do DATA-FOLHA confirma tal afirmativa. Ver, por exemplo, Jornal Folha de São Paulo, Caderno Diretas 89, 28-09-89, pg. B-6, onde Collor de Mello absorvia 75% das preferências dos assalariados de até 5 sal. mínimos, e Jornal Folha de São Paulo, Caderno Diretas-89, 3-12-89, pg. B-12, onde Collor de Mello manteve a mesma preferência com proporções menores: 53% dos assalariados de até 5 sal. mínimos.

(35) Cf. Jornal Folha de São Paulo, Caderno Diretas-89, 17-12-89, pg. B-18.

O voto do trabalhador parece ter sido distribuído de forma bastante polarizada, numa orientação dada sobretudo pelo grau de organização política. Nesse sentido, parece pertinente um breve registro do papel fundamental adquirido pelas organizações sindicais na campanha eleitoral.

É difícil avaliar a exata dimensão eleitoral do apoio das várias entidades sindicais aos diferentes candidatos, devido sobretudo ao impreciso número de associações vinculadas às principais Centrais Sindicais. Entretanto, a efetiva participação do movimento sindical na campanha eleitoral de 89 tornou nítidas as contradições de caráter político internas ao sindicalismo brasileiro.

De um lado, sem grande expressão no meio operário mais organizado, a candidatura Collor de Mello do PRN foi acompanhada pelo apoio da CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores -, liderada pelo eletricitário Antonio Rogério Magri. Para a candidatura Lula, da Frente Brasil Popular, coube o irrestrito apoio da poderosa organização da CUT - Central Única dos Trabalhadores, caracterizada pelos vínculos históricos com o PT e liderada por Jair Meneguelli⁽³⁶⁾

Desse modo, a distinção explícita entre os chamados "sindicalismo político", definido predominantemente pela ação da CUT e o "sindicalismo de resultados", levado pela atuação da CGT, foi traduzida para a arena eleitoral sob a forma do confronto entre os apoios aos dois candidatos. A declaração de Magri logo após o resultado do 1º turno exemplifica a grave cisão política do movimento sindical entre as frações de maior importância: **"Nossa preocupação é natural, porque somos**

(36) Cabe registrar as orientações políticas adotadas pelas demais importantes organizações sindicais durante a campanha. A ala da CGT liderada por Joaquim dos Santos Andrade, o "Joaquinzão", definiu-se inicialmente pelo PSDB, o importante Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo liderado por Luis Antonio Medeiros oscilou entre os apoios a Brizola, Lula e Collor de Mello, e a USI - União Sindical Independente - buscou manter-se neutra

inimigos da CUT e do PT. Não há mais razão para ficarmos omissos. Quem estiver na CGT e quiser votar em Lula tem que ir para a CUT". (Antonio Magri, Jornal Folha de São Paulo, 21-11-89).

Por outro lado, a definição da estratégia de união das chamadas forças políticas de esquerda no 2º turno, gerou para o movimento sindical um importante impasse político. O necessário apoio de Leonel Brizola e da tradição trabalhista getulista a Lula, líder do PT e do movimento do Novo Sindicalismo originado na oposição à antiga estrutura sindical corporativista, sobre a qual parte da organização petista havia se estabelecido.

Assim, se de um lado a união destas duas forças políticas de conteúdos distintos definiu certo custo programático ao PT e à linha sindical a ele vinculada, ao atenuar importantes diferenças internas ao movimento sindical, por outro lado viabilizou uma significativa ampliação das bases eleitorais da Frente Brasil Popular conformando uma acirrada disputa no 2º turno eleitoral.

Os primeiros meses do governo Collor deixaram clara a preferência palaciana pela aliança com setores menos políticos do movimento sindical e das classes trabalhadoras em geral. A nomeação de Antonio Rogério Magri para o Ministério do Trabalho condenava desde logo o sucesso de qualquer iniciativa de pacto social, agudizando questões de fundo dentro do próprio sindicalismo, expressas sobretudo pelas posições da CUT frente ao novo governo.

De forma global, contudo, é inegável a importância do papel das classes trabalhadoras no processo eleitoral no qual se deu a realização das eleições presidenciais. O esforço empenhado na expressão de suas preferências tornou nítidas as duas principais faces que conformam suas orientações político-eleitorais: a inovação e o conservadorismo políticos, separados pelos aproximadamente 5% de votos que deram vitória a Collor de Mello - político de perfil tradicional - sobre Luis Inácio Lula da Silva - ex-líder sindical metalúrgico.

